RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo - SP.
Ano VII, v.1 2026 | submissão: 08/09/2026 | aceito: 11/09/2026 | publicação: 14/09/2026

Práticas pedagógicas inclusivas: como as ideias de Freire podem ajudar na educação de minorias

Inclusive pedagogical practices: how Freire's ideas can support minority education
Prácticas pedagógicas inclusivas: cómo las ideas de Freire pueden contribuir a la educación de las minorías

Ana Paula Cunha Viana de Souza; Avameire Souza Oliveira de Almeida Bessa; Cátia Mara Soares Garcêz Ribeiro; Fabiana Rulim da Silva Lacortt; Fernando Antônio de Souza Santos; Izis Karina Ogeda de Oliveira Santana; Lucicleide Maria de Oliveira Fernandes; Patrícia de Oliveira Silva; Tatiane Almeida Santos de Camargo; Yngrhydd Regina Amorim Lima

Resumo:
O artigo aborda a relevância das práticas pedagógicas inclusivas frente à crescente diversidade e desigualdade no ambiente escolar, destacando a necessidade de garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem de grupos historicamente marginalizados. Diante de métodos tradicionais e excludentes que ainda persistem nas escolas, a obra de Paulo Freire é apresentada como uma referência fundamental para uma educação democrática e libertadora. O pensamento freiriano, pautado no diálogo, na problematização e na valorização da realidade e cultura dos estudantes, surge como um caminho para superar a padronização do ensino. Por fim, o artigo propõe investigar de que maneira as ideias de Freire podem fundamentar práticas de ensino contemporâneas que promovam a inclusão real das minorias.

Palavras-chave:
práticas pedagógicas inclusivas; educação libertadora; diálogo; conscientização.

Abstract:
This article discusses the relevance of inclusive pedagogical practices in the face of growing diversity and inequality in schools, emphasizing the need to guarantee access, continued attendance, and learning for historically marginalized groups. In view of traditional and exclusionary methods that still persist in schools, Paulo Freire's work is presented as a fundamental reference for democratic and liberating education. Freirean thought, grounded in dialogue, problem-posing, and appreciation of students' realities and cultures, emerges as a path to overcome standardized teaching. Finally, the article proposes to investigate how Freire's ideas can underpin contemporary teaching practices that promote the genuine inclusion of minorities.

Keywords:
inclusive pedagogical practices; liberating education; dialogue; critical consciousness.

Resumen:
El artículo aborda la relevancia de las prácticas pedagógicas inclusivas ante la creciente diversidad y desigualdad en el entorno escolar, destacando la necesidad de garantizar el acceso, la permanencia y el aprendizaje de grupos históricamente marginados. Frente a los métodos tradicionales y excluyentes que aún persisten en las escuelas, la obra de Paulo Freire se presenta como una referencia fundamental para una educación democrática y liberadora. El pensamiento freireano, basado en el diálogo, la problematización y la valoración de la realidad y la cultura de los estudiantes, surge como un camino para superar la estandarización de la enseñanza. Por último, el artículo propone investigar de qué manera las ideas de Freire pueden fundamentar prácticas docentes contemporáneas que promuevan la inclusión real de las minorías.

Palabras clave:
prácticas pedagógicas inclusivas; educación liberadora; diálogo; concientización.

1. Introdução

A discussão acerca das práticas pedagógicas inclusivas tem ganhado destaque no atual debate educacional, principalmente em virtude da crescente diversidade nas escolas. Em contextos marcados de desigualdades sociais, culturais, étnicas, de gênero, e de condições físicas e cognitivas, a escola precisa garantir o acesso, a presença e aprendizagem significativa de todos alunos. Nesse sentido, a inclusão de minorias, refletidas aqui como grupos com história de marginalização, ou em fragilidade, necessita rever conceitos, métodos e posturas pedagógicas, para vencer as práticas excludentes e que ainda existem na vida escolar.

O tema das práticas pedagógicas inclusivas está ligado a necessidade de prover uma educação democrática, critica e que liberta. Por isso, o pensamento de Paulo Freire é uma referência importante. Ao apoiar uma educação que usa o diálogo, problematizadora e focada na realidade dos estudantes, Freire sugere uma prática pedagógica, comprometida com a mudança social e com a valorização daqueles que historicamente não tem voz.

As suas ideias, mesmo criadas num período diferente, continuam importantes perante os obstáculos que as escolas enfrentam ao atender às minorias. Embora tenha havido avanços nas políticas de inclusão, algumas escolas ainda empregam velhas práticas focadas na entrega de conteúdo e na padronização dos alunos, o qual pode agravar a exclusão. Portanto, é preciso considerar como as ideias de Freire, como o diálogo, a conscientização, o respeito pela cultura do aluno e a educação como uma ferramenta de liberdade, podem ajudar a construir práticas pedagógicas que verdadeiramente incluem todos.

Nessa perspectiva, este estudo tenta responder: De que forma as ideias de Paulo Freire podem ajudar a desenvolver práticas de ensino inclusivas voltadas à educação das minorias na escola contemporânea? O objetivo principal deste estudo é analisar como as bases teóricas de Paulo Freire podem fundamentar e melhorar práticas de ensino que incluem todos na educação das minorias.

Como objetivos concretos, pretende-se: (1) identificar os pilares do pensamento de Freire sobre inclusão, diálogo, conscientização e valorização da cultura do aluno; e (2) analisar como esses pensamentos podem subsidiar nas práticas educativas na escola atual, com o foco em promover igualdade e participação ativa das minorias.

A importância deste estudo está na necessidade de rever a forma de ensinar ante os desafios da diversidade e inclusão. Ao voltar ao pensamento de Paulo Freire, busca-se auxiliar

na formação de professores mais sensíveis às diferenças e focados em proporcionar uma escola que entenda e preze a variedade de experiências e conhecimentos. Espera-se somar ao debate acadêmico sobre inclusão, fornecendo informações teóricas que guiem práticas pedagógicas mais democráticas e inovadoras.

É um estudo de abordagem qualitativa, desenvolvida através de uma revisão bibliográfica. Os trabalhos de Paulo Freire foram analisados, assim como estudos mais modernos sobre educação inclusiva e as abordagens pedagógicas voltadas às minorias. A intenção é iniciar um diálogo entre o pensamento de Freire e as exigências presentes no ambiente escolar atual, para compreender as oportunidades e restrições da utilização de suas ideias, com vistas à promoção de uma educação que seja realmente inclusiva.

2. Paulo Freire: diálogo, conscientização e valorização do sujeito

As obras de Paulo Freire estabelecem alicerces teóricos que se conectam diretamente com o desenvolvimento de abordagens pedagógicas inclusivas. Ao questionar o modelo de educação bancária, que se concentra na transmissão unilateral de informações, Freire (1996) sugere uma educação baseada no diálogo, onde tanto o professor quanto o aluno colaboram na construção do conhecimento em uma relação horizontal. Nesse contexto, o diálogo transcende a simples técnica de ensino, tornando-se uma atitude ética e política que reconhece o outro como detentor de conhecimento.

A importância dada à experiência do aluno é outro elemento do pensamento de Freire (1987). Para ele, a compreensão do mundo antecede a alfabetização, indicando que o processo educativo deve ter como ponto de partida a realidade concreta dos indivíduos, levando em conta seus contextos culturais, sociais e históricos. Essa visão é essencial ao abordar a educação de minorias, pois desafia a lógica da uniformidade e reconhece a diversidade como um componente fundamental da aprendizagem.

A conscientização representa o processo pelo qual o indivíduo entende criticamente a sua própria realidade e se identifica como um agente de mudança. De acordo com Freire (1979), a educação deve promover o desenvolvimento do pensamento crítico, superando atitudes passivas e incentivando a participação ativa dos indivíduos na transformação da sociedade. Em situações de exclusão, essa dimensão ganha ainda mais importância, pois contribui para o fortalecimento de grupos que foram marginalizados ao longo da história.

Além dos pontos que já discutidos, ressalta-se que, segundo Freire (1996), o diálogo tem uma ligação muito forte com o amor, a humildade e o compromisso com a dignidade das

pessoas. Esses princípios éticos são a base para uma prática de ensino que vê cada aluno como alguém que está sempre crescendo e se desenvolvendo. Isso muda completamente a forma como se pensa sobre os estudantes, porque não podem ser vistos como rótulos, diagnósticos ou estigmas - algo que, infelizmente, muitas vezes acontece com estudantes que são minorias sociais, étnicas ou que têm alguma deficiência.

Em “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire, em 1987, destaca que a opressão afeta tanto a pessoa oprimida quanto a que oprime. Ele acredita que a educação deve ser libertadora e permitir que as pessoas vejam criticamente as estruturas que criam desigualdade. Isso é muito importante em escolas, onde preconceitos e discriminações podem ser passados de forma quase imperceptível por meio do que é ensinado, das provas padronizadas ou das expectativas baixas que alguns professores têm em relação a certos grupos de alunos. A educação libertadora, como defende Freire, deve criar condições para que os alunos percebam essas injustiças e possam questioná-las.

Segundo Freire (1979), a conscientização não acontece de forma isolada, mas é resultado de um processo educativo planejado, de modo especial por meio de práticas que questionam as diversas realidades encontradas nas escolas. Então, práticas pedagógicas que incluem todos e seguem as ideias de Freire não se limitam a mudar o que é ensinado, estendendo-se à criação de espaços onde as pessoas podem falar, ouvir e pensar criticamente sobre as coisas. Ao valorizar os saberes populares e as experiências de vida dos educandos, o educador contribui para fortalecer a autoestima e a identidade cultural de grupos historicamente silenciados, favorecendo sua participação ativa no ambiente escolar. Dessa forma, os princípios de Freire oferecem uma base teórica consistente para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que se preocupam com a inclusão, ao defenderem uma educação que se concentra no respeito, no diálogo e na autonomia dos indivíduos.

A reflexão sobre os fundamentos freireanos pode ser aprofundada à luz da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, que foi criada no Brasil em 2017. Este documento estabelece como uma de suas competências gerais a capacidade de exercer a empatia, o diálogo, a cooperação e o respeito às diferenças. Isso é muito importante porque os estudantes precisam aprender a valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais. A BNCC se aproxima da perspectiva freireana ao reconhecer que o processo educativo deve considerar os estudantes em sua integralidade, respeitando seus contextos e identidades.

Os fundamentos freireanos destacam a importância de considerar os estudantes como sujeitos ativos no processo de aprendizagem. E a BNCC (Brasil, 2017) também destaca isso, ao propor que os estudantes sejam capazes de se comunicar de forma eficaz e respeitosa,

considerando as diferenças e as semelhanças entre as pessoas. Isso é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, a BNCC (Brasil, 2017) é um documento importante que pode ajudar a aprofundar a reflexão sobre os fundamentos freireanos, pois, oferece uma perspectiva relevante sobre a importância de considerar os estudantes em sua integralidade e de valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais.

Os fundamentos freireanos e a BNCC compartilham a ideia de que a educação deve ser um processo que respeite as diferenças e promova a cooperação e o diálogo. Essa orientação vai ao encontro da ideia de que ensinar exige respeito pelos conhecimentos dos alunos, como defende Freire (1996). Isso mostra que o respeito aos saberes dos educandos é fundamental no processo de ensino, essa abordagem é importante porque reconhece que os alunos já possuem conhecimentos e experiências valiosas. Portanto, ensinar com respeito aos saberes dos educandos, como defende Freire em 1996, é essencial para uma educação de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996) garante alguns princípios importantes, como a igualdade de condições para que todos possam entrar e continuar na escola, e o respeito à liberdade e à tolerância. Esses princípios vão ao encontro da ideia de Freire (1979) de que a educação deve ser uma prática da liberdade, o que significa dizer que a escola deve ajudar a formar pessoas críticas e cidadãs, comprometidas com a sociedade. E a LDB é fundamental para que isso aconteça. A articulação entre Freire e a legislação educacional evidencia que a valorização do sujeito não é apenas uma escolha pedagógica, mas um imperativo ético e normativo.

Quando a BNCC (Brasil, 2017) orienta o desenvolvimento de competências relacionadas à responsabilidade, à cidadania e ao pensamento crítico, ela reforça a importância de práticas pedagógicas que promovam a conscientização e a participação ativa dos estudantes. Assim, a perspectiva freireana contribui para concretizar, no cotidiano escolar, os princípios legais de equidade e respeito à diversidade, especialmente no que se refere à educação de minorias.

Se uma turma do Ensino Fundamental que acolhesse um novo estudante que veio de outro país, e esse estudante ainda não fala bem o português, em vez de pensar que a dificuldade em falar a língua é um problema, o professor pode fazer algo muito interessante. Ele organiza rodas de conversa onde o aluno possa compartilhar coisas sobre sua cultura, sua língua materna e as experiências que teve na vida.

Nesse contexto, a turma é motivada a comparar expressões, figurinos e histórias, e juntos, eles constroem conhecimento. Isso é uma forma de aplicar o princípio de que as diferenças devem ser vistas como oportunidades de aprendizado, e não como obstáculos. O

professor estará mostrando que diversidade é uma riqueza, e que todos podem aprender uns com os outros. O estudante deixa de ser visto como alguém que não tem conhecimento e passa a ser reconhecido como alguém que tem coisas importantes para compartilhar. O diálogo se torna uma forma de incluir todos e fazer com que as pessoas sejam mais conscientes das diferenças culturais presentes na sala de aula.

3. Desafios e perspectivas na educação inclusiva no contexto escolar contemporâneo

A firme incorporação da educação inclusiva como um norte para as diretrizes educacionais configura um importante passo em frente no reconhecimento do direito à educação para cada indivíduo. Textos de peso global, a exemplo da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), sustentam que as instituições de ensino devem receber todos os jovens, sem distinção de características físicas, mentais, sociais, emocionais, de linguagem ou de qualquer outra natureza.

Em território brasileiro, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) afirma a urgência de uma reformulação das ações escolares para assegurar o acesso, a participação e o aprendizado dos alunos que são o foco da educação especial. Entretanto, conforme salientam Mantoan (2003) e Mittler (2003), a inclusão ultrapassa a simples inscrição dos alunos em uma escola comum; ela requer alterações profundas nas estruturas, nos currículos e nas posturas.

Mantoan (2003) assevera que a inclusão acarreta a superação de modelos que excluem e a reavaliação das ideias de ensino que dão prioridade à uniformidade, enquanto Mittler (2003) defende que o desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos necessita do engajamento conjunto da comunidade escolar, abrangendo administradores, educadores e os familiares dos estudantes.

Apesar dos progressos nas leis, ainda existem desafios relacionados à capacitação dos professores, à adequação dos currículos e à oposição cultural dentro das escolas. Diante desse quadro, o diálogo com o pensamento pedagógico de Paulo Freire se mostra relevante, pois fornece elementos para reimaginar a prática de ensino a partir da exaltação da pluralidade e da participação dinâmica dos alunos.

Atualmente, os desafios da educação inclusiva estão sendo estudados com base em uma pedagogia crítica que volta a olhar e atualiza as ideias de Freire, considerando as novas configurações sociais, políticas e culturais. Pesquisadores como Apple (2017) chamam a atenção para o fato de que as reformas educacionais baseadas em ideias neoliberais tendem a

reforçar a criação de currículos padronizados, avaliações em grande escala e a responsabilização dos professores. Isso pode criar tensão nos princípios da inclusão, porque prioriza o desempenho que pode ser medido em vez de considerar as diferenças entre os alunos.

A educação inclusiva é um desafio que precisa ser enfrentado com cuidado, para garantir que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aprender e se desenvolver, independentemente de suas diferenças. Nesse contexto, a perspectiva de Paulo Freire oferece uma visão diferente, por mostrar que a educação é uma prática política e ética, comprometida com a justiça social, o que é muito importante. A perspectiva freireana lembra que a educação pode ser uma ferramenta poderosa para mudar a sociedade e torná-la mais justa, o que é fundamental para criar um mundo melhor. A educação, segundo Freire, deve ser um processo que ajuda as pessoas a entender melhor o mundo ao seu redor e a se tornarem mais conscientes dos problemas sociais, devendo ela inspirar as pessoas a lutar pela justiça social e a trabalhar em prol de uma sociedade mais igualitária.

Giroux (2011) falou sobre a pedagogia crítica na época atual, e afirmou que a escola precisa ser um lugar onde as pessoas possam resistir às coisas que as excluem, como a diferença de gênero, raça, classe social e deficiência. Inspirado por Freire, Giroux acredita que os estudantes precisam aprender a pensar de forma crítica para entender como as desigualdades são criadas e poderem trabalhar juntos para mudá-las. Com isso, a inclusão é uma maneira de ensinar e que faz parte de um plano maior para tornar a sociedade mais justa e democrática.

No Brasil, autores como Frigotto (2010) apontam as contradições entre o que se diz sobre incluir todos e as condições reais das escolas públicas, que enfrentam muitos problemas, como falta de investimento, desigualdade entre regiões e condições precárias. Seguindo o pensamento de Freire, é importante lembrar que não existe uma prática que realmente mude a vida das pessoas se não considerarmos as condições históricas e sociais em que vivemos. Isso motiva a acreditar que se pode agir para transformar a realidade.

Outro ponto importante é a interculturalidade crítica, que Candau discute em trabalhos mais recentes, como por exemplo em 2012. Ela destaca que incluir pessoas de diferentes origens exige que reconheçamos e respeitemos as identidades e as diferenças de cada um, e que isso deve fazer parte do currículo. Essa forma de pensar vai além das ideias de Freire, pois combina diálogo, diversidade cultural e direitos humanos. Defende também que os professores usem práticas pedagógicas que enfrentem preconceitos enraizados e promovam relações mais justas no dia a dia da escola. Isso ajuda a construir um ambiente escolar mais equitativo para todos.

Boaventura de Sousa Santos (2019) propôs uma ideia interessante chamada “ecologia de saberes”. Essa ideia contribui para um debate importante sobre como a justiça social está

muito ligada à justiça cognitiva. Em outras palavras, Boaventura de Sousa Santos acredita que a justiça social e a justiça cognitiva estão intimamente conectadas. Isso se alinha com as ideias de Freire, que valoriza conhecimentos que foram historicamente marginalizados e questiona a hierarquia entre diferentes tipos de saberes.

No contexto da educação inclusiva, essa perspectiva é muito importante. Significa que os estudantes que pertencem a minorias não devem apenas ser incluídos no currículo dominante, mas também ter seus próprios repertórios culturais reconhecidos e valorizados como parte fundamental do processo educativo. Isso é essencial para criar um ambiente de aprendizado mais justo e equitativo para todos os estudantes. A ecologia de saberes de Boaventura de Sousa Santos e as ideias de Freire nos lembram de que a justiça cognitiva é crucial para a justiça social e que a educação deve ser um espaço onde todos os saberes sejam respeitados e valorizados.

Dessa forma, os desafios contemporâneos da educação inclusiva envolvem não apenas a superação de barreiras físicas ou pedagógicas, mas a transformação das estruturas simbólicas e políticas que produzem exclusão. As perspectivas ancoradas nas ideias freireanas, atualizadas por autores da pedagogia crítica e dos estudos interculturais, indicam que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende da articulação entre políticas públicas, formação docente crítica e compromisso ético com a democratização radical da educação.

Se uma escola recebe alunos com deficiência e continua a usar práticas de avaliação que são muito rígidas e não mudam, nesse caso, a equipe pedagógica da escola, com uma visão mais crítica, começa a promover encontros para discutir e refletir sobre o currículo e como avaliar os alunos. Os professores passam a usar diferentes maneiras de ensinar, como trabalhos em grupo, avaliações ao longo do processo e uso de recursos que todos podem acessar. Eles entendem que tratar todos igualmente não significa dar o mesmo tratamento a todos, mas sim dar a cada aluno as condições certas para que ele possa aprender da melhor forma possível. A mudança não ocorre sem esforço, mas evidencia que a inclusão exige revisão estrutural e mudança cultural na escola.

4. Articulação entre a pedagogia freireana e práticas pedagógicas inclusivas

A conexão entre as ideias de Paulo Freire e a educação inclusiva revela pontos de convergência bastante significativos. Ambas reconhecem o aluno como protagonista do processo de aprendizado e defendem uma escola que se compromete com a justiça social. Para Freire (1996), ensinar é respeitar o conhecimento dos alunos, um princípio que se alinha à visão inclusiva que valoriza as diferenças.

Quando se fala em educação e diversidade cultural, Candau (2008) destaca que a escola deve adotar práticas interculturais que incentivem o reconhecimento e o diálogo entre diferentes identidades. Essa abordagem se conecta com o pensamento de Freire ao ressaltar a importância da escuta e da construção coletiva do conhecimento. A pedagogia crítica, inspirada em Freire, vê a educação como uma prática política, focada na transformação das estruturas que geram desigualdades (Giroux, 1987). Sob essa perspectiva, as práticas pedagógicas inclusivas vão além de meras adaptações técnicas; elas envolvem uma postura ética em relação às desigualdades que afetam as minorias.

Assim, integrar os princípios freireanos nas práticas pedagógicas pode ajudar a criar ambientes escolares mais democráticos, onde a diversidade é vista como um potencial formativo, e não como um obstáculo. A combinação de diálogo, conscientização e valorização da cultura dos alunos fortalece a ideia de uma inclusão que vai além do simples acesso, promovendo participação, pertencimento e emancipação.

A pedagogia de Paulo Freire, a BNCC e as leis educacionais do Brasil trabalham juntas para criar um projeto educacional completo que valoriza a inclusão. A BNCC (Brasil, 2017) quer que os alunos desenvolvam habilidades como usar a tecnologia da informação, argumentar, conhecer a si mesmo e respeitar as diferenças. Essas habilidades podem ser ensinadas por meio de diálogos e questionamentos inspirados no trabalho de Paulo Freire, que foi educador brasileiro. Quando os alunos trabalham juntos para aprender, eles estão construindo coletivamente o seu conhecimento e se desenvolvendo como pessoas. Isso é muito importante para criar uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos têm a chance de aprender e crescer.

A inclusão é um projeto formativo integral que busca preparar os alunos para viver em um mundo diverso e complexo, onde eles precisam ser capazes de se comunicar, resolver problemas e trabalhar em equipe. Ao seguir os princípios de Paulo Freire e a BNCC, os educadores podem criar um ambiente de aprendizado que seja mais dinâmico, mais interessante e mais eficaz. Com o conhecimento e a escuta ativa, o professor promove a aprendizagem de conteúdos bem como o fortalecimento da participação democrática. Isso acontece porque o professor que realmente ouve seus alunos e compartilha o conhecimento de forma eficaz ajuda a criar um ambiente mais igualitário e participativo.

O conhecimento é uma condição primordial para que as pessoas possam se expressar de forma clara e assertiva, enquanto a escuta ativa permite que todos sejam ouvidos e compreendidos. Dessa maneira, o professor desempenha um papel importante na formação de cidadãos críticos e ativos, que são capazes de contribuir para a construção de uma sociedade

mais justa e democrática. O conhecimento e a escuta ativa, portanto, são essenciais para o fortalecimento da participação democrática.

A Lei Brasileira de Inclusão, instituída no Brasil em 2015, determina que o sistema educacional deve oferecer condições adequadas para o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem. Isso significa que a inclusão vai além de apenas matricular os alunos. Essa visão está alinhada com a ideia de Paulo Freire, que defende que a educação deve ser uma ferramenta para humanizar e emancipar as pessoas, garantindo que todos tenham a oportunidade de se expressar e participar ativamente no ambiente escolar. Giroux (1987) também destacou que a escola pode ser um local de resistência e transformação, desde que seja adotada uma abordagem crítica e reflexiva. A Lei Brasileira de Inclusão e as ideias de Paulo Freire e Henry Giroux convergem para a importância de uma educação que valorize a participação de todos e promova a transformação social.

Ao considerar as contribuições de Candau (2008) vê-se que a promoção de uma educação intercultural é apoiada pela BNCC (Brasil, 2017) e pela legislação atual. Isso acontece especialmente porque reconhecemos a diversidade étnica, racial e cultural da sociedade brasileira. A Lei número 10.639, de 2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, e a Lei número 11.645, de 2008, que inclui a temática indígena, mostram o compromisso legal de valorizar as minorias e superar o que era invisível do passado.

Dessa forma, a integração entre pensamento freireano e bases legais fortalece a construção de práticas pedagógicas inclusivas alinhadas às normativas nacionais. Ao promover o diálogo, a criticidade e o respeito às diferenças, o educador concretiza os princípios constitucionais e curriculares, contribuindo para uma escola que reconhece a diversidade como elemento constitutivo da formação humana e da democracia.

Imagine-se um projeto que combine várias áreas do conhecimento, como História, Língua Portuguesa e Artes, para explorar a diversidade cultural. Nesse contexto, o professor pode pedir que os estudantes pesquisem suas raízes familiares e comunitárias, relacionando essas descobertas com o que está previsto na BNCC e nas leis que valorizam a história afro-brasileira e indígena. Ao longo do projeto, os alunos que fazem parte de minorias têm a oportunidade de compartilhar suas próprias histórias, criar textos, apresentações artísticas e participar de debates críticos. Isso enriqueceria a aprendizagem bem como ofereceria uma plataforma para que esses estudantes se expressassem e fossem ouvidos. A prática integra currículo, legislação e pedagogia freireana, promoveria então, a aprendizagem de conteúdos, reconhecimento, pertencimento e participação democrática.

5. Conclusões

A análise feita nesta produção permitiu entender como as ideias de Paulo Freire podem ajudar a criar práticas pedagógicas que incluam todos. Isso acontece porque as ideias do referido educador oferecem bases éticas, políticas e metodológicas que focam no diálogo, na conscientização e no valor dado à cultura das pessoas, o que ajuda a construir uma escola que seja democrática, onde todos participem e que se preocupe com as minorias.

Ao pensar sobre os objetivos que foram definidos, percebe-se que as ideias de Freire são muito importantes, especialmente por enfatizar a necessidade do diálogo, da conscientização e de ver o aluno como alguém que faz parte da história. Essas ideias são fundamentais para incluir todos, porque elas mudam a maneira como se pensa sobre a educação, e ajudam a abandonar a ideia de que todos devem ser iguais e a não tratar a educação como se fosse apenas uma questão de depositar conhecimento nos alunos, como se eles fossem contas bancárias.

Ainda há muitos lugares onde a educação é feita dessa maneira. Além, disso, essas ideias podem ajudar a criar práticas de ensino mais eficazes na atualidade, o que acontecerá quando elas forem combinadas com a BNCC e com os aspectos legais da educação do Brasil. Dessa forma, é possível promover a igualdade, a participação ativa e o sentimento de pertencimento dos alunos que fazem parte de minorias.

Conclui-se, portanto, que a inclusão, à luz do pensamento freireano, trata da garantia de acesso à escola e implica transformação das relações pedagógicas, revisão curricular e compromisso com a justiça social. A educação inclusiva, nesse sentido, precisa ser compreendida como projeto político-pedagógico que reconhece a diversidade como riqueza formativa e como condição constitutiva da democracia. A perspectiva de Freire mostra-se atual e necessária diante dos desafios contemporâneos, pois reafirma que educar é um ato de esperança e de responsabilidade social. Assim, fortalecer práticas pedagógicas inclusivas inspiradas em Freire significa investir na construção de uma escola acolhe as diferenças e aprende com elas e se transforma a partir delas.

Referências

APPLE, Michael W. A educação pode mudar a sociedade? Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a LDB para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a LDB para incluir a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2012.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GIROUX, Henry A. On critical pedagogy. New York: Continuum, 2011.

GIROUX, Henry A. Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias de reprodução. Petrópolis: Vozes, 1987.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.